ABILITY TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ nº 06.127.582/0001-58

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Relatório Anual da Administração

A Ability Tecnologia e Serviços S.A. submete à apreciação de seus acionistas o Relatório de Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras Societárias individuais e consolidas, acompanhada do Parecer do Auditor Independente, referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022, que foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Fornecedores	12	42.266	26.598
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.422	28.795	Obrigações trabalhistas	13	49.796	35.711
Contas a receber de clientes	6	103.685	26.983	Passivo de arrendamento	14. b)	21.000	19.777
Impostos a recuperar	7	7.320	5.738	Obrigações tributárias	15	14.263	6.327
Partes relacionadas	9	338	-	Dividendos a pagar	18.b)	1.161	1.873
Despesas antecipadas		689	198	Partes relacionadas	9	57	-
Depósitos contratuais		31	-	Outros passivos	16	14.160	8.334
Outros ativos		2.173	848	Impostos diferidos	8	-	14.015
Total de circulante		118.658	62.562	Total do passivo circulante		142.703	112.635
Não circulante				Não circulante			
Impostos diferidos	8	7.976	27.731	Obrigações tributárias	15	678	2.035
Depósitos judiciais	17. b)	13.861	3.460	Passivo de arrendamento	14. b)	22.207	24.898
		21.837	31.191	Provisão para riscos processuais	17. a)	15.643	2.866
Imobilizado	10	13.572	14.552	Total do passivo não circulante		38.528	29.799
Intangível	11	169	317	Patrimônio Líquido			
Ativo de direito de uso	14. a)	41.342	44.675	Capital social	18.a)	1.000	1.000
		55.083	59.544	Reserva de lucros		13.347	9.863
		76.920	90.735	Total do patrimônio líquido		14.347	10.863
Total do ativo		195.578	153.297	Total do passivo e patrimônio líquido		195.578	153.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	502.925	443.871
Custo dos serviços prestados	20	(445.411)	(392.959)
Lucro bruto		57.514	50.912
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas	20	(29.404)	(23.576)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(300)	(2.852)
		(29.704)	(26.428)
Lucro antes do resultado financeiro e do impostos de renda e da contribuição social		27.810	24.484
Receitas financeiras	21	755	426
Despesas financeiras	21	(18.180)	(12.413)
Resultado financeiro líquido		(17.425)	(11.987)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.385	12.497
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	22	(5.740)	(5.002)
Lucro líquido do exercício		4.645	7.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.645	7.495
Outros resultados abrangentes	-	-
Outros resultados abrangentes	4.645	7.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reservas de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.000	200	4.041	-	5.241
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.495	7.495
Dividendos a distribuir	-	-	-	(1.873)	(1.873)
Destinação para reservas de lucros	-	-	5.622	(5.622)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.000	200	9.663	-	10.863
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.645	4.645
Dividendos a distribuir	-	-	-	(1.161)	(1.161)
Destinação para reservas de lucros	-	-	3.484	(3.484)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.000	200	13.147	-	14.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		4.645	7.495
Ajustes para conciliar o resultado:			
Depreciações e amortizações		27.231	25.356
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	5.740	5.002
Perda (ganho) na baixa do imobilizado		642	(114)
Juros sobre arrendamentos	21	5.441	3.590
Provisões para riscos processuais	17	6.818	(3.942)
Variações de ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(76.702)	(169)
Outros ativos		(1.325)	(286)
Impostos a recuperar		(1.582)	(918)
Despesas antecipadas		(491)	24
Depósitos contratuais		(31)	-
Depósitos judiciais		(696)	-
Partes relacionadas		(281)	5.033
Fornecedores		15.668	793
Obrigações trabalhistas		14.085	3.777
Obrigações tributárias		8.936	1.089
Outros passivos		5.826	8.103
Pagamentos de processos judiciais	17	(3.746)	-
Pagamentos de parcelamentos fiscais	15	(2.357)	-
Pagamentos de juros de passivos de arrendamentos	14. b)	(3.625)	(3.590)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.196	51.243
Atividades de investimentos			
Adições para imobilizado e intangível	10 e 11	(2.467)	(3.304)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes		-	1.389
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(2.467)	(1.915)
Atividades de financiamentos			
Ingressos de empréstimos e financiamentos		-	40.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	(40.000)
Pagamentos de arrendamentos	14. b)	(24.229)	(22.443)
Dividendos pagos		(1.873)	(1.347)
Pagamentos de tributos parcelados	15	-	(2.049)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos		(26.102)	(25.839)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(24.373)	23.489
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		28.795	5.306
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		4.422	28.795
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(24.373)	23.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional

A Ability Tecnologia e Serviços S.A., é uma sociedade anônima, de capital nacional, de prestação de serviços, oferecendo soluções integradas de implantação e manutenção de redes de infraestrutura de rede fixa e móvel, e assistência técnica de instalação e manutenção aos consumidores dos segmentos de telecomunicação. No exercício de 2021 houve a alienação das ações da Ability Tecnologia e Serviços S/A, com a saída do Raiz Consultoria e Investimentos Ltda. e ingresso da Veman Manutenção e Gestão de Ativos Ltda., empresa controlada pela Holding Verzani & Sandrini S.A. pertencente ao Grupo Verzani & Sandrini, tornando se Controladora da Companhia. Impactos COVID-2019: Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização elevou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. As medidas impostas pelos governos federais, estaduais e municipais, resultando em uma redução substancial das atividades comerciais, geralmente excluíam certas empresas e serviços essenciais, porém a Companhia teve suas atividades consideradas como essenciais através do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, isso permitiu à Companhia continuar prestando seus serviços de forma ininterrupta. A Companhia está seguindo todas as orientações de prevenção à pandemia da COVID-19 divulgadas pelos órgãos de saúde. Neste sentido, a Companhia adotou uma série de medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalho. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações e continuamos avaliando e acompanhando as respostas governamentais e desempenho econômico e os respectivos impactos em nossa operação.

2. Base de elaboração

a) Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados a valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. A emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi aprovada em 16 de fevereiro de 2023. A Companhia realizou algumas reclassificações no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021 para adequação com a apresentação do exercício corrente, as quais não estão sendo detalhadas devido a imaterialidade dos saldos.

3. Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis. a) Mensuração a valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros contabilizados a valor justo em cada data de fechamento das demonstrações contábeis. Adicionalmente, os valores justos de instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado são divulgados na Nota 23. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada exercício de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. b) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de fechamento das demonstrações contábeis para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. c) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. d) Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. e) Novas normas e interpretações de normas: As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas Demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2023 ou após, conforme apresentado a seguir: • IFRS 17 / CPC 50 - Contrato de Seguro: estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. Administração acredita que não terão impactos para a Companhia por não estarem relacionadas ao nosso modelo de negócio. • IAS 1 / IFRS 2 / CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) estabelece requisitos para classificação de passivos como circulante ou não circulante; b) esclarece a diferença entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis e retificação de erro. • IAS 8 /CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a emenda esclarece a diferença entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis e retificação de erro. • IAS 12 / CPC 32 Tributos sobre o Lucro: esclarecem que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transações em que montantes iguais de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis surgem no período do reconhecimento inicial. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

a) Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. b) Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo o risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, caso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Provisões para demandas judiciais:* A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis, sendo as provisões para demandas judiciais constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com auxílio de assessores legais externos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência existente, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária):* A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). *Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:* A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil: Companhia mantém o nível de seus equivalentes de caixa, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	2022	2021
Aplicações financeiras (a)	4.290	28.733
Caixa e bancos - conta movimento	132	62
	4.422	28.795

(a) Referem-se às aplicações compromissadas, as operações apresentaram remuneração média de 75% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

6. Contas a receber de clientes

Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a até um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante e ajustadas a valor presente, quando aplicável. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas das perdas esperadas de crédito, quando aplicável. Os saldos de contas a receber correspondem ao faturamento dos serviços prestados aos clientes compostos da seguinte forma:

	2022	2021
Contas a receber de serviços prestados e não faturados	103.033	41.220
Contas a receber de clientes nacionais	652	33.611
(-) Cessão de crédito (a)	-	(47.848)
	103.685	26.983

(a) A operação de cessão de crédito realizado pela companhia com instituições financeiras não tem direito de regresso. Não há perdas esperadas no saldo de contas a receber a ser constituído. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possuía saldos vencidos.

	2022	2021
A vencer	652	33.611

7. Impostos a recuperar

	2022	2021
CSLL	4.414	4.041
PIS / COFINS	2.701	1.507
Outros tributos	205	190
	7.320	5.738

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Política contábil: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto, quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal). O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados, quando aplicáveis, são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	30.481	21.896
Provisão para demandas judiciais	5.328	4.257
Provisão de despesas	2.829	114
Provisão sobre impostos de clientes a faturar	2.805	834
Provisão para bônus	1.564	630
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	43.007	27.731
Clientes a faturar	(35.031)	(14.015)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo (b)	(35.031)	(14.015)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	7.976	13.716

(a) Saldo refere-se à base negativa de contribuição social e de prejuízos fiscais de imposto de renda, a serem compensados com lucros tributáveis futuros, em conformidade com a legislação vigente, sem prazo de prescrição, ficando limitada a compensação de 30% sobre os lucros tributáveis de cada ano, de acordo com o lucro tributável previsto no orçamento aprovado pela Administração. A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos é como segue:

	2022	2021
2022	-	1.706
2023	4.737	2.103
2024	7.370	2.562
2025	10.146	3.093
2026	13.145	3.705
2027 em diante	7.609	14.562
	43.007	27.731

(b) Saldo refere-se à constituição do Imposto de Renda e da Contribuição social, sobre as receitas de medições medidas e não faturadas, essas medições possuem um prazo médio não superior a três meses para o seu devido faturamento.

9. Partes relacionadas

	2022
Ativo	
Verzani & Sandrini S.A.	333
Gs Saneamento Ambiental Serviços Ltda.	5
	338
Passivo	
Verzani & Sandrini Administração de Mão de Obra Efetiva Ltda.	57
	57

A Companhia possui saldos a serem reembolsados de despesas relacionadas a pagamentos de auxílio alimentação e assistência médica com empresas do Grupo. Não havia saldos de partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

10. Imobilizado

Política contábil: Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados de forma prospectiva, se apropriado, em cada exercício, sendo que não foi identificada circunstâncias que necessitassem alteração nas vidas úteis dos ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Não ocorreram alterações na vida útil dos ativos imobilizados em relação ao exercício de 2021.

	2022				2021
	Vida útil	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10 anos	24.735	(14.968)	9.767	10.252
Equipamentos de informática	5 anos	8.167	(5.212)	2.955	3.574
Móveis e utensílios	10 anos	1.268	(881)	387	391
Veículos	5 anos	2.417	(2.130)	287	335
Imobilizado em andamento	-	176	-	176	-
		36.763	(23.191)	13.572	14.552

Segue a movimentação sumária do imobilizado:

	2021	Adição	Baixa	Transferências/ Outros	Depreciação	2022
Máquinas e equipamentos	10.252	1.184	(41)	89	(1.717)	9.767
Equipamentos de informática	3.574	538	(10)	(101)	(1.046)	2.955
Móveis e utensílios	391	85	-	(9)	(80)	387
Veículos	335	5	-	(12)	(41)	287
Imobilizado em andamento	-	641	(498)	33	-	176
	14.552	2.453	(549)	-	(2.884)	13.572

	2020	Adição	Baixa	Depreciação	2021
Máquinas e equipamentos	11.004	2.139	(1.150)	(1.741)	10.252
Equipamentos de informática	3.592	991	(2)	(1.007)	3.574
Móveis e utensílios	504	49	(79)	(83)	391
Veículos	406	-	(45)	(26)	335
	15.506	3.179	(1.276)	(2.857)	14.552

A Companhia possui veículos dados em garantias a terceiros no montante de R$313.

11. Intangível

Política contábil: O montante é formado por licenças de software adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controladas pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

	2022				2021
	Vida útil	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Sistemas aplicativos - Software	5 anos	1.319	(1.150)	169	317
		1.319	(1.150)	169	317

A seguir, a movimentação sumária do intangível:

	2021	2022			
	Líquido	Adições	Amortização	Baixa	Líquido
Sistemas aplicativos - *Software*	317	14	(69)	(93)	169
	317	14	(69)	(93)	169

	2020	2021		
	Líquido	Adições	Amortização	Líquido
Sistemas aplicativos - Software	247	126	(56)	317
	247	126	(56)	317

12. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores nacionais	42.266	26.598
	42.266	26.598

Os valores registrados em fornecedores são pulverizados, sendo como principais valores em aberto, correspondentes à terceirização de serviços, combustível para os veículos e vale-refeição dos funcionários.

13. Obrigações trabalhistas

Política contábil: As obrigações trabalhistas são reconhecidas contabilmente quando incorridas. A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria especial para seus funcionários, administradores e diretores estatutários, assim como não há estabelecido em políticas e procedimentos internos quaisquer benefícios pós-emprego.

	2022	2021
Provisão de férias	17.890	15.008
Salários a pagar	11.904	7.410
INSS a recolher	9.807	8.420
PPR a Pagar	4.600	1.851
FGTS a recolher	3.372	2.520
Outros	2.223	502
	49.796	35.711

14. Arrendamentos

Política contábil: i) *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. ii) *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável. iii) *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de contrato seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa quando ocorridos. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora. Os saldos são compostos como segue:

a) *Direito de uso*

Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.530
Adições	52.309
Baixa	(17.721)
Amortização	(22.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.675
Adições	14.639
Amortização	(24.278)
Remensuração (*)	6.306
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.342

b) *Passivo de arrendamento*

Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.530
Adições	34.588
Pagamentos	(26.033)
Apropriação de juros	3.590
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.675
Adições	14.639
Pagamentos	(27.854)
Apropriação de juros	5.441
Remensuração (*)	6.306
Saldos em 31 de dezembro de 2022	43.207
Passivo circulante	21.000
Passivo não circulante	22.207

• Trata-se de valores reconhecidos após revisão e/ou renegociação de contratos.

O valor de arrendamentos a pagar vencendo a longo prazo está assim distribuído:

Ano	2022	Crédito potencial de PIS e COFINS
Pagamentos mínimos em 2024	16.726	1.547
Pagamentos mínimos em 2025	5.105	472
Pagamentos mínimos em 2026	2.168	201
Pagamentos mínimos em 2027	216	20
Total	24.215	2.240
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	(2.008)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	22.207	

15. Obrigações tributárias

	2022	2021
PIS / COFINS a recolher	10.100	2.773
ISS a recolher	2.617	590
Parcelamento ISS (a)	2.189	3.661
Outros	35	1.338
	14.941	8.362
Circulante	14.263	6.327
Não circulante	678	2.035

a) O saldo de parcelamento de ISS é composto como segue:

Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2020	5.710
Pagamentos realizados	(2.049)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2021	3.661
Apropriação juros	885
Pagamentos realizados	(2.357)
Saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2022	2.189
Circulante	1.511
Não circulante	678

O montante não circulante do parcelamento fiscal será liquidado até 2024. No que tange aos tributos federais, foram migrados para o REFIS da Copa, em conformidade com a Lei nº 12.996 de 2014, em 25 de agosto de 2014 e, posteriormente com o advento da MP 651/14 e da promulgação da Lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014, foram liquidados em 30 de novembro 2014 mediante pagamento em espécie de 30% do saldo devedor e o restante do saldo foi liquidado com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição social sobre o lucro líquido. Em julho de 2014, foi formalizado junto à Prefeitura de Osasco parcelamento de R$13.000 em 120 parcelas mensais e sucessivas, com atualização anual pela Unidade Fiscal do Município de Osasco.

Exercícios	2022	2021
2022	-	1.626
2023	1.511	1.357
2024	678	678
	2.189	3.661

b) Revisão da apuração de tributos: De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais pelo prazo de cinco anos com referência aos tributos (Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS, COFINS e CPRB), assim como o prazo de prescrição para exame dos recolhimentos de contribuição previdenciária (INSS e FGTS). Como decorrência destas revisões, transações e recolhimentos poderão ser questionados, ficando os valores identificados sujeitos a multas, juros e atualizações monetárias. A Administração considera que estes impostos foram devidamente recolhidos ou provisionados nas demonstrações contábeis para os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

16. Outros passivos

	2022	2021
Adiantamentos	10.614	7.780
Benefícios a pagar	3.414	-
Assistência médica / odontológica	73	-
Outros passivos a pagar	59	554
	14.160	8.334

17. Provisão para riscos processuais e depósitos judiciais

Política contábil: As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

a) Provisões para riscos

	2022	2021
Trabalhistas	15.643	12.571
(-) Depósitos Judiciais	-	(9.705)
	15.643	2.866

A Companhia é parte passiva de reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores, cujos pedidos, em sua maioria, se constituem em solicitações de pedidos de em relação a jornada de trabalho e alegação de descontos indevidos. As contingências trabalhistas, são reconhecidas, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, observada sua natureza e apoiada no relatório de probabilidade dos advogados da Companhia. *Movimentação:* A movimentação da provisão para demandas judiciais está apresentada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.925
Provisão, líquido de baixas	2.060
Pagamentos	(4.414)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.571
Provisão, líquido de baixas	6.818
Pagamentos	(3.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.643

Causas com expectativa de perda possível: A Companhia possui ações de naturezas trabalhistas e tributárias que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus consultores legais como possível, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	2022	2021
Trabalhistas	19.056	13.666
Tributárias	2.062	-
	21.118	13.666

i) Trabalhistas: O segmento da empresa, abrange processos estimulados pelas atividades designadas, com riscos estabelecidos e impulsionados pelas demandas judiciais reais da companhia, ademais, a provisão constitui riscos advindos das atividades laborais de colaboradores alocados em contrato e tomadores de serviços, que pelo ramo de atividade pode gerar demandas de natureza trabalhista. Os principais pleitos, são solicitados em relação jornada de trabalho, pedidos de restituição de descontos e eventuais pleitos de periculosidade que em suma não são aplicáveis, devido ao amparo da legislação vigente e medidas preventivas adotadas pela Companhia. ii) Tributárias: Os processos tributários, em sua grande maioria, tratam de processos administrativos relacionados a Perdcomp, os quais estão em discussão e se deferidos, apenas validarão a compensação feita pela empresa. b) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são representados pelo valor depositado no decorrer de um processo antes da decisão final. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante é de R$13.861 (R$13.165 em 31 de dezembro de 2021, sendo R$9.705 redutora do passivo de provisões para demandas judiciais e R$3.460 na rubrica de Depósitos judiciais do ativo não circulante).

18. Patrimônio líquido

Política contábil: Patrimônio líquido representa a participação residual nos ativos da Companhia após a dedução de todos os seus passivos, sendo essa participação representada pelas ações ordinárias. A Companhia somente reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada ou ainda quando prevista em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social integralizado é de R$1.000, dividido por 449.954 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal expresso, conforme demonstrado a seguir:

Quotistas	Quantidade de ações	Capital realizado
Veman Manutenção e Gestão de Ativos Ltda.	292.470	650
Fundo de Investimentos e Participações Venice	157.484	350
	449.954	1.000

b) Dividendos a pagar: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o cálculo foi realizado da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.645	7.495
Dividendos 25%	1.161	1.873
Constituição de reserva de lucros	3.484	5.622

	2022	2021
Saldo inicial	1.873	1.347
Dividendos pagos	(1.873)	(1.347)
Dividendos a distribuir	1.161	1.873
Saldo final	1.161	1.873

c) Reserva legal: O montante da reserva legal em 31 de dezembro de 2022 é de R$200 e, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2022 não há destinação para reserva legal, pois o montante reconhecido já atingiu o limite de 20% do capital social da Companhia.

19. Receita operacional líquida

Política contábil: A Companhia atua na prestação de serviços, oferecendo soluções integradas de implantação e manutenção de redes de infraestrutura de rede fixa e móvel, e assistência técnica de instalação e manutenção aos consumidores dos segmentos de telecomunicação. A receita de contrato com cliente é reconhecida ao longo do tempo quando os serviços são transferidos para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços. A Companhia possui clientes significativos, que superam o percentual de 10%, tal cliente corresponde à prestação de serviços para a Companhia VIVO.

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e alíquotas básicas:

Tributo	Alíquotas
Programa de Integração Social ("PIS") - regime não cumulativo	1,65%
Programa de Integração Social ("PIS") - regime cumulativo	0,65%
Contribuição para Seguridade Social ("COFINS") - regime não cumulativo	7,6%
Contribuição para Seguridade Social ("COFINS") - regime cumulativo	3%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza ("ISS")	De 2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

continua...

Este documento foi assinado eletronicamente por Jornal Empresas & Negócios Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F7FE-235F-4CC0-21B4.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F7FE-235F-4CC0-21B4 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F7FE-235F-4CC0-21B4

Hash do Documento

491E5DAFE6978D13C4B3BACFD420B010B68AC84C9BE3ED0A78C8FCFF952F2E6C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/03/2023 é(são) :

☑ Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em 13/03/2023 19:52 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificaçao: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Mon Mar 13 2023 19:52:10 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.4897935 Longitude: -46.6893353 Accuracy: 20.124

IP 201.68.127.111

Hash Evidências:

E4DE03E012D448BA92EB2E022BEA32E822967E587F4451F2BB696B121A33E15C

... continuação

ABILITY TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. | CNPJ nº 06.127.582/0001-58

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	2022	2021
Receita de serviço prestado	**562.125**	496.493
Impostos incidentes	**(59.200)**	(52.622)
	502.925	443.871

20. Despesas por natureza

Política contábil: Os custos e as despesas são apropriados ao resultado em conformidade com o regime de competência. Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza e sua respectiva classificação por função:

	2022	2021
Despesas com pessoal	**(289.249)**	(263.795)
Serviços de terceiros	**(103.186)**	(84.682)
Despesas com veículos	**(46.825)**	(45.056)
Depreciação e amortização	**(27.231)**	(25.356)
Provisão para demandas judiciais	**(8.324)**	2.354
Outras despesas	**(300)**	(2.852)
	(475.115)	(419.387)

	2022	2021
Custos dos serviços prestados	**(445.411)**	(392.959)
Despesas administrativas	**(29.404)**	(23.576)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	**(300)**	(2.852)
	(475.115)	(419.387)

21. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	**373**	226
Rendimento de aplicações financeiras	**251**	166
Outras receitas financeiras	**131**	34
	755	426

	2022	2021
Despesas financeiras		
Juros de duplicatas descontadas	**(11.769)**	(6.508)
Juros de passivo de arrendamento	**(5.441)**	(3.590)
Outras despesas financeiras	**(970)**	(2.315)
	(18.180)	(12.413)
Resultado financeiro líquido	**(17.425)**	**(11.987)**

22. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

Política contábil: A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. As antecipações ou os valores passíveis de compensação, quando aplicável, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização. A política de imposto de renda e contribuição social diferidos estão descritas na nota explicativa nº 8. A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**10.385**	12.497
Expectativa do imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	**(3.531)**	(4.249)
Ajustes da taxa efetiva:		
Multas e custos indedutíveis	**(2.209)**	(753)
Efeito no resultado	**(5.740)**	(5.002)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	**(5.740)**	(5.002)
Efeito líquido no resultado	**(5.740)**	(5.002)
Taxa efetiva	**55,3%**	40,0%

23. Instrumentos financeiros

Política Contábil: a) *Ativos Financeiros:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. i) Ativos financeiros ao custo amortizado: A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais, depósitos contratuais e outros ativos. ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito anteriormente, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. iii) Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: - A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou - A Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, A Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. b) *Passivos Financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *Mensuração subsequente:* i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 / IFRS 9 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. ii) Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. ii) Passivos financeiros ao custo amortizado: O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado incluem fornecedores, passivos de arrendamento, parcelamentos de impostos, contas a pagar por aquisição de controladas e outros passivos. iii) Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. c) *Compensação:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. d) *Gestão de risco financeiro:* A gestão de riscos é realizada pela Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as entidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. i) *Risco de crédito:* A Companhia possui política de aprovação de crédito, trabalhando com prazos curtos de recebimento, minimizando assim qualquer possibilidade de volumes relevantes de inadimplência. A maior parte de sua carteira de clientes é formada por empresas de grande porte e de renomada segurança e robustez financeira. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação ("rating"). ii) *Risco de liquidez:* A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui recursos em conta corrente disponíveis para utilização imediata.

Em 31 de dezembro de 2022	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	**42.266**	**-**	**42.266**
Passivo de arrendamento	**21.000**	**22.207**	**43.207**
Parcelamento de tributos	**1.511**	**678**	**2.189**
Total	**64.777**	**22.885**	**87.662**

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	26.598	-	26.598
Passivo de arrendamento	19.777	24.898	44.675
Parcelamento de tributos	1.626	2.035	3.661
Total	48.001	26.933	74.934

iii) *Risco de taxa de juros:* A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa atrelados ao CDI e sobre os parcelamentos de impostos que estão atrelados substancialmente à Selic. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que descreve as oscilações que podem gerar ganhos ou perdas para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Risco financeiro	Risco	31/12/2022	Taxa	Cenário provável	Cenário possível (+25%)	Cenário remoto (+50%)
Aplicações	Redução CDI	**4.290**	CDI	4.876	5.023	5.170
Parcelamento de tributos	Alta Selic	**(2.189)**	Selic	(2.488)	(2.563)	(2.638)
Reserva líquida				2.388	2.460	2.532

No cenário provável, a Companhia apresentaria uma reserva líquida de R$2.388, resultante da diferença de estimativas futuras de CDI e Selic. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável, as estimativas gerariam aumento da reserva líquida de R$72 e R$144, Respectivamente, em comparação ao cenário provável. iv) *Risco cambial:* O risco da taxa de câmbio corresponde à redução dos valores dos ativos ou aumento de seus passivos em função de uma alteração da taxa de câmbio. A Companhia possui uma Política de Endividamento que estabelece o montante máximo denominado em moeda estrangeira que pode estar exposta a variações da taxa de câmbio. Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetiva minimizar a exposição cambial da Companhia, são mantidos mecanismos de "hedge" que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial, quando for aplicável e houve exposição cambial. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia não possuía qualquer exposição cambial. A Companhia não possui nenhum outro risco de mercado para o período findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Para a mesma data não há qualquer operação que envolva instrumentos financeiros derivativos. e) *Instrumentos financeiros por categoria:* A Companhia tem os seguintes instrumentos financeiros por categoria:

	Classificação	Hierarquia de valor justo	2022	2021
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	**4.422**	28.795
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 2	**103.685**	26.983
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	**338**	-
Depósitos contratuais	Custo amortizado	Nível 2	**31**	-
Outros ativos	Custo amortizado	Nível 2	**2.173**	848
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	**13.861**	3.460
			124.510	60.086
Passivos				
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	**42.266**	26.598
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	**43.207**	44.675
Parcelamentos de impostos	Custo amortizado	Nível 2	**2.189**	3.661
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	**57**	-
Outros passivos	Custo amortizado	Nível 2	**14.160**	8.334
			101.879	83.268

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. f) *Mudanças dos passivos financeiros nas atividades de financiamentos:* A seguir estão as movimentações dos passivos financeiros:

	Em 31 de dezembro de 2021	Novas captações e remensurações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Juros pagos	Em 31 de dezembro de 2022
Passivo de arrendamento	44.675	**20.945**	**5.441**	**(24.229)**	**(3.625)**	**43.207**
Dividendos a distribuir	1.873	**1.161**	**-**	**(1.873)**	**-**	**1.161**
	46.548	**22.106**	**5.441**	**(26.102)**	**(3.625)**	**44.368**

	Em 31 de dezembro de 2020	Novas captações e remensurações	Juros apropriados	Pagamento de principal	Juros pagos	Em 31 de dezembro de 2021
Passivo de arrendamento	32.530	34.588	3.590	(22.443)	(3.590)	44.675
Empréstimos e financiamentos	-	40.000	296	(40.000)	(296)	-
Dividendos a distribuir	1.347	1.873	-	(1.347)	-	1.873
Tributos parcelados	5.710	-	-	(2.049)	-	3.661
	39.587	76.461	3.886	(65.839)	(3.886)	50.209

24. Cobertura de seguros

A Companhia efetua a contratação de seguros contra incêndios, raios, explosões e responsabilidade civil, em montantes considerados, por sua Administração, suficientes para cobertura de eventuais sinistros, com cobertura total no montante de R$449. A Companhia também realiza seguro de seus veículos, para os quais há cobertura de 100% da tabela FIPE. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram avaliadas pelos nossos auditores independentes.

Composição da Diretoria

CEO - Thiago Diniz Silveira Fogaça
Diretor de Operações - Clayton Villas Boas Ribeiro
Diretor Operacional O&M - Fabio Rodrigues
Diretor Administrativo e Financeiro - Fabricio Arruda Santos
Diretor Executivo - Sergio Ronaldo Martins
Diretor Estatutário - Cristiano de Souza Bila

Membros do Conselho de Administração

Fabio Sandrini Baptista
Ivan Correa de Toledo Filho
Jorge Azer Maluf Neto

Contadora

Monique Santana de Souza - CRC nº 1SP-273639/O-6

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Ability Tecnologia e Serviços S.A.**
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ability Tecnologia e Serviços S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de janeiro de 2022, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

EY
Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Bruno Mattar Galvão
Contador CRC-SP267770/O

A escolha de atalhos requer cuidados

Desde a divulgação do resultado da eleição pelo TSE, o governo concentrou a sua atenção em duas questões. Revogar uma âncora fiscal (o teto de gastos, que estava na Constituição) para assegurar o direito de gastar e acomodar os diversos partidos que o apoiaram na eleição, numa demonstração explícita de falta de desprendimento desses grupos e de priorização de interesses particulares muito mais do que de um projeto para o país

Carlos Rodolfo Schneider (*)

Como bem apontou o economista Márcio Garcia da PUC- RJ, "esquecendo os bons ensinamentos de 2002, o (novo) governo partiu de forma destrambelhada para o ataque, certo de que mais gasto público é o que falta ao país". Quase unanimidade entre economistas e especialistas em contas públicas, de que o excesso de gastos públicos seja o principal desafio macroeconômico do país, parece não sensibilizar novos grupos que chegam ao poder, mais preocupados em atender promessas de campanha e aliados políticos.

Importante lembrar que há 25 anos o governo central não gastava mais de 14% do PIB para manter a máquina pública, conseguia investir cerca de 4%, e mantinha a carga tributária na casa dos 28%. A escolha a ser posta não é entre Estado forte ou fraco, e sim entre ágil ou obeso. Entre eficiente ou ineficiente, entre promotor de uma economia competitiva ou de uma história de voos de galinha, que não permitem crescimento consistente.

São escolhas que devem ser feitas e envolvem prioridades a serem estabelecidas. Como os recursos sempre são finitos, é imprescindível priorizar a sua alocação. E as âncoras fiscais, como o teto dos gastos, ajudam nessa disciplina, na construção do orçamento público pelo Executivo e na sua avaliação pelo Congresso Nacional. Na revisão das distorções e privilégios que são uma realidade nem um pouco desprezível.

123ducu_CANVA

A escolha a ser posta não é entre Estado forte ou fraco, e sim entre ágil ou obeso.

E assim manter as expectativas de evolução sustentável da dívida pública, condição para viabilizar crescimento econômico adequado. Ter preocupação com a política social, com o crescimento econômico para a geração de empregos, são propostas legítimas de um plano de governo. A forma de promovê-los é que faz toda a diferença.

Experiências de diversos países demonstraram que a via do aumento de gastos alimentado por aumento de tributos tem gerado resultados muito mais tímidos e de alcance curto, de que a via da redução de gastos alicerçada em aumento de sua eficiência. A primeira alternativa é a mais fácil, mas alimenta a inflação, reduz a competitividade da economia e o crescimento econômico, e fecha um círculo vicioso que prejudica os mais pobres.

Os atalhos sempre parecem a solução mais simples, mas se quisermos preparar o país para um crescimento mais robusto e consistente temos que estar dispostos a pavimentar o nosso caminho. O vice-presidente Geraldo Alckmin conhece muito bem tudo isso, e certamente não é afeito a fogo de palha.

Quando governador de São Paulo, foi importante apoiador do Movimento Brasil Eficiente – MBE, que congregou diversos governadores, e dezenas de entidades empresariais e da sociedade civil organizada, na busca de um modelo de crescimento sustentável e consistente, apoiado por um Estado forte pela eficiência e não pesado pela obesidade.

Foi um movimento que, com a contribuição de Alckmin, ajudou a construir a consciência da eficiência pública que a sociedade brasileira tem demonstrado não desprezar mais. Esperamos poder continuar contando com o seu apoio.

(*) - É empresário.

Inflação: 83% dos brasileiros deixaram de comprar carne

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,84% em fevereiro, acelerando diante dos 0,53% do mês anterior. Com a inflação acumulada (12 meses) em 5,6%, os trabalhadores sentem um impacto significativo e desconfortável para o bolso. É o que aponta a pesquisa da VR, feita em parceria com o Instituto Locomotiva.

O estudo afirma que 95% dos brasileiros diminuíram a compra de alguns produtos ou serviços por causa da inflação, e o maior impacto percebido foi na alimentação. A alta dos alimentos prejudicou o poder de compra e comprometeu grande parte do orçamento dos consumidores. Em meio à dificuldade, muitos passaram a ter de fazer escolhas difíceis no dia a dia. Quando questionados sobre os principais produtos e serviços que os trabalhadores deixaram de comprar, itens como a carne estão menos presentes na mesa de 83% da população.

A alimentação fora de casa (70%), roupas (57%) e viagens (56%) foram cortados da rotina. O consumo de leite também foi reduzido por 53% dos trabalhadores. Além disso, consumidores passaram a recorrer a marcas similares e mais baratas (68%) para diminuir o impacto no bolso. Priscila Abondanza, diretora executiva de Experiência do Cliente da VR, explica que o cenário é desafiador: "O aumento dos preços influencia a decisão de consumo, dificulta a retomada do poder de compra do consumidor e o seu sustento.

O contexto atual chama a atenção para a alimentação e reforça a importância de oferecer benefícios para garantir segurança alimentar e qualidade de vida aos trabalhadores". Mesmo com o verdadeiro malabarismo para equilibrar os gastos, a renda dos trabalhadores não tem acompanhado o custo de vida. O estudo apurou que para 59% dos consumidores a renda familiar não é suficiente para fechar o mês, e às vezes falta.

Apenas para 5% dos ouvidos o montante recebido é mais do que suficiente para fechar as contas. Com pouco dinheiro circulando, em uma eventual situação de desemprego, 27% dos trabalhadores entrevistados avaliaram que conseguiriam se manter por menos de um mês. Outro fator apurado pelo estudo é que a gestão financeira não faz parte da realidade dos consumidores. Para 56% é difícil controlar os gastos e 33% não fazem controle de despesas. - Fonte: (www.vr.com.br).

Este documento foi assinado eletronicamente por Jornal Empresas & Negócios Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 9DFD-28F6-9D7D-77CF.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9DFD-28F6-9D7D-77CF ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9DFD-28F6-9D7D-77CF

Hash do Documento

7BEF2757D6963DC1B7BAAC1A1F66061305E69F3B29971E0F7815985103FFA5F5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/03/2023 é(são) :

☑ Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em 13/03/2023 19:50 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificaçao: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Mon Mar 13 2023 19:50:56 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)
Geolocation Latitude: -23.4898204 Longitude: -46.6893091 Accuracy: 17.687
IP 201.68.127.111
Hash Evidências:
9400C2897FA8EEF538AFC33ECC1A987664404ADE2420D932B9B96D4DEC53E308

LEIA O QRCODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL

https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/ability-tecnologia-e-servicos-s-a/

Empresas & Negócios